TOCANTINS BRASIL

DESENVOLVIMENTO RURAL DE BAIXA EMISSÃO (DRBE) EM RESUMO

- Mais novo estado brasileiro, localizado na região hidrográfica do Tocantins-Araguaia (maior bacia hidrográfica situada inteiramente dentro do território brasileiro)
- Composto pelos biomas Amazônia (13%) e Cerrado (87%), cada um com políticas e governança ambientais distintas
- Parte da região MATOPIBA do nordeste do Brasil: a fronteira agrícola do Cerrado abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
- Agricultura e agropecuária representam a maior parte do uso da terra; proprietários privados ativos nos setores de soja e pecuária influenciam políticas locais e nacionais
- 2008-2017: 947.287 ha de floresta natural convertidos em áreas de soja e pecuária
- 3º estado do ranking em termos do número de contratos no âmbito do Plano Nacional de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), com 784 contratos (assinados em 2018-2019) totalizando aproximadamente 44 milhões de dólares

MOTORES DE DESMATAMENTO
- Pecuáriade larga escala
- Pecuária de pequena escala
- Agricultura de larga escala
- Agricultura de pequena escala
- Incêndios
- Infraestrutura de transporte
- Desmatamento ilegal de pequena escala
- Mineração e produção de carvão vegetal de pequena escala

MÉDIA ANUAL DE EMISSÕES DE DESMATAMENTO: 0,56 Mt CO_2 (2010-2015) Inclui biomassa aérea, biomassa subterrânea e liteira

ÁREA: 277.721 km²

POPULAÇÃO: 1.573.984 (2018)

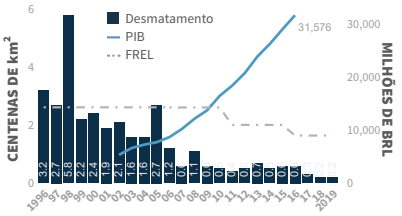
IDH: 69,90 (2010)

PIB: US$ 7,94 billion (2015, ano-base 2010)

GINI: 0.504 (2015)

PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS
- Serviços públicos
- Comércio
- Serviços

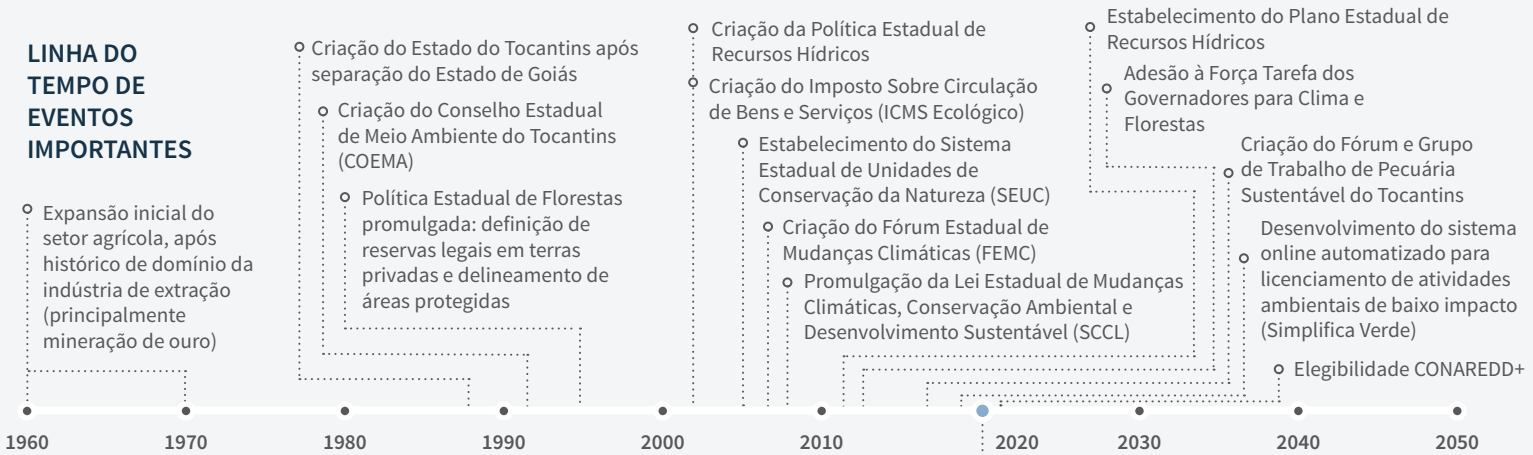




DESTAQUE EM INOVAÇÃO

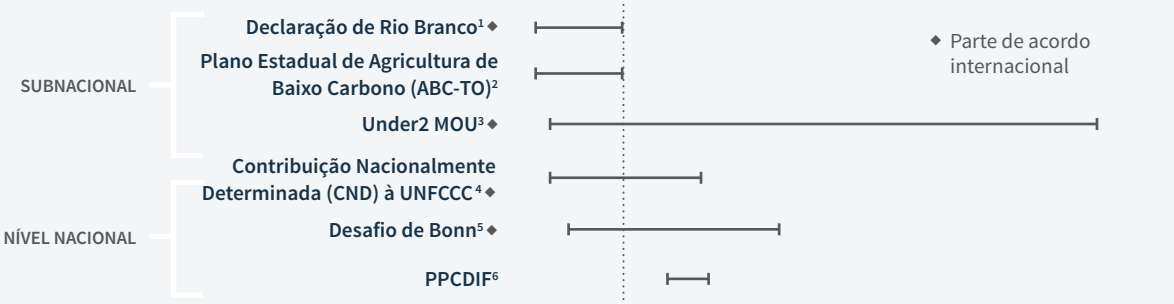
O Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS) foi o programa guarda-chuva de Tocantins de oferta de empréstimos para apoiar várias secretarias e políticas estaduais. Desde o início do projeto em 2012, o Banco Mundial previu que o empréstimo de US$ 300 milhões beneficiaria diretamente 300.000 pessoas em 72 municípios – com o objetivo de enfrentar alguns dos desafios que o Tocantins possuía como um estado relativamente novo. Financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e implementado pela SEFAZ (Secretaria da Fazenda) e pela SEPLAN (Secretaria de Planejamento e Orçamento), o PDRIS visou melhorar a infraestrutura de transporte e apoiar o desenvolvimento equilibrado em todo o estado, e não concentrado em determinadas áreas. Para cumprir esses objetivos, o PDRIS criou oportunidades de emprego e promoveu atividades que fortaleceram a educação ambiental em todo o estado. O PDRIS ofereceu empréstimos a diferentes secretarias estaduais (ex.: SEMARH, SEAGRO) para que desenvolvessem programas relevantes aos seus respectivos escopos de trabalho. Por exemplo, o PDRIS contribuiu para o desenvolvimento e atualização de políticas ambientais estaduais, incluindo a SCCL e a futura política de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). O PDRIS também incluiu um Plano para Povos Indígenas (PPI), que regulamenta avaliações de impacto socioambiental e planos de monitoramento e avaliação de projetos que afetam povos indígenas em comunidades selecionadas. Os fundos do PDRIS também apoiaram o desenvolvimento do programa jurisdicional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD+) e um sistema estadual de Monitoramento, Relatório e Verificação (MRV), incluindo inventários florestais alinhados com o nível de referência de emissões florestais, linha de base proposta e cenários de compartilhamento de benefícios do Cerrado brasileiro.

LINHA DO TEMPO DE EVENTOS IMPORTANTES



COMPROMISSOS

1 Reduzir o desmatamento 80% abaixo da base de referência. **2** Evitar 8,5-10,5 milhões de toneladas de emissão de CO_2 a partir de atividades agrícolas. **3** Limitar emissões 80-95% abaixo dos níveis de 1990 [reduzir o desmatamento anual no Cerrado 40% abaixo da média de 1999-2008 até 2020, zero desmatamento ilegal até 2050]. **4** Reduzir as emissões de GEE 37% abaixo do nível de 2005. **5** Contribuir com a meta nacional: restaurar 12 milhões de hectares de terras desmatadas. **6** Até 2025, reduzir os incêndios florestais em 15% da média de 2009-2020, e reduzir 100% o desmatamento ilegal com relação à média móvel de 2016-2020.



INTERVENÇÕES-CHAVE

✖ DESINCENTIVOS | MEDIDAS CAPACITANTES | INCENTIVOS

PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO	ORGANIZAÇÃO(ÕES) IMPLEMENTADORA(S)	INTERVENÇÃO & FOCO	BENEFICIÁRIOS
BILATERAL PUBLIC[1]	ESTADUAL PÚBLICA[2,3]	**Cadastro Ambiental Rural (CAR): Projeto Tocantins Legal** — *Monitoramento e controle aprimorados do desmatamento em 96 municípios*	Proprietários rurais, governo estadual
MULTILATERAL OUTRA[4]	ESTADUAL PÚBLICA[2,5] PÚBLICA FEDERAL[3] NACIONAL SEM FINS LUCRATIVOS[6]	**Projeto Campo Sustentável** — *Promover e comandar práticas agrícolas sustentáveis (por exemplo, agrossilvicultura), inclusive por meio de assistência técnica, Monitoramento, Relatório e Verificação (MRV), planos de negócios*	Proprietários rurais
ESTADUAL PÚBLICA[7]	ESTADUAL PÚBLICA[2]	**Imposto Sobre Circulação de Bens e Serviços (ICMS Ecológico)** — *Receita tributária compartilhada do nível estadual ao municipal para compensar as ações de conservação de áreas protegidas (terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação); implantação de política municipal de meio ambiente; saneamento básico; controle de queimadas; manejo do solo e turismo sustentável*	Governos estadual e municipal
NACIONAL PÚBLICA[8]	ESTADUAL PÚBLICA[5]	**Plano Estadual de Agricultura de Baixo Carbono (ABC-TO)** ✖ — *Promover a redução de emissões de GEE da agricultura, aumentar a produção e a renda, preservar os recursos naturais*	Proprietários rurais

1 Fundo Amazônia, **2** Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), **3** Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), **4** NICFI-UNDP/GCF-TF, **5** Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura (SEAGRO), **6** Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável (IDESAM), **7** Tesouro Estadual, **8** Ministério da Agricultura (MAPA), **9** Embrapa

PROGRESSO RUMO À SUSTENTABILIDADE JURISDICIONAL

○ RECENTE ◐ INTERMEDIÁRIO ● AVANÇADO

Estratégia integrada de DRBE	◐	• O programa jurisdicional de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação florestal (REDD+) (em desenvolvimento) abrangerá os biomas Amazônia e Cerrado, e alinhará metas e políticas estaduais, incluindo requisitos técnicos e políticos nacionais e internacionais • PPCDIF-TO (2021-2025) abrange as regiões do Cerrado e Amazônia, mas os recursos estão disponíveis no nível do projeto, e não no nível jurisdicional
Plano espacial	◐	• Plano Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) promulgado (2012) como microzoneamento; um ZEE detalhado está nos estágios finais de desenvolvimento e revisão, e determinará investimentos em áreas degradadas • O reconhecimento dos direitos e territórios dos povos indígenas e da comunidade local (CL) descritos no ZEE pode se tornar lei após a publicação do ZEE • 107,13% da área de propriedade que requer registro já estão registrados no CAR, ultrapassando os 100% devido à sobreposição de cadastros declarados em áreas privadas e também algumas entre terras quilombolas reconhecidas e propriedades privadas com título
Metas de desempenho	◐	• PPCDIF-TO (2021-2025) define metas para reduzir os incêndios florestais em 15% da média dos últimos 10 anos e reduzir 100% o desmatamento ilegal com relação a média móvel dos últimos cinco anos, até 2025 • Grupo de Trabalho Governamental criado para propor metas de DRBE por meio de diálogos com vários atores, a ser convocado em 2021
Monitoramento, Relatório e Verificação (MRV)	◐	• Dados nacionais de desmatamento da Amazônia disponíveis ao público (PRODES e DETER); ferramenta PRODES-Cerrado do INPE monitora a conversão do Cerrado para outros usos (anual) • Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (CIGMA) instituído por portaria da SEMARH nº 15 de 2014 e está em fase de desenvolvimento
Políticas e incentivos	◐	• SCCL estabelece objetivos e diretrizes para reduzir as emissões de carbono, incluindo instrumentos econômicos para promover o desenvolvimento sustentável • A lei nº 3.179/2017 institui a Política Estadual de Incentivo à Geração e ao Uso da Energia Solar – Pró-Solar, que tem como finalidade aproveitar o potencial do Tocantins e racionalizar o consumo de energia elétrica. • Apesar da quantidade relativamente alta de contratos de financiamento rural através do ABC-TO, não existe um sistema para monitorar reduções de emissões
Governança multi-atores	◐	• COEMA convoca atores federais, estaduais e da sociedade civil para aprovar e monitorar todas as políticas ambientais estaduais; reúne-se regularmente e publica minutas on-line • FEMC inicia processo de consulta para definição de metas • Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) reúne atores federais, estaduais e da sociedade civil para aprovar e monitorar a política estadual de recursos hídricos e seus instrumentos (ex.: comitês de bacias hidrográficas como ferramenta de gestão descentralizada)
Agricultura sustentável	◐	• Soja e carne bovina do Tocantins apresentam alto risco de desmatamento (legal e ilegal) – risco de reputação para empresas compradoras de commodities • Desenvolvimento da indústria da aquicultura (a produção aumentou 177% entre 2010-2017) visa aumentar a produção de proteínas de baixa emissão em áreas e corpos de água já degradados, reduzindo a pressão pela expansão do gado • Projeto Campo Sustentável promove sistemas integrados de produção agroflorestal
Povos indígenas e comunidades locais	○	• Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC) é conduzido irregularmente nos processos de licenciamento, criando conflitos entre povos indígenas, setores agrícolas públicos e produtivos • Quase todos os 12 territórios indígenas do estado têm título; no entanto, os conflitos de posse da terra persistem
Financiamento do DRBE	◐	• Programa Pró-Solar oferece incentivos econômicos (ex.: isenção de impostos) à sociedade civil, municípios e investidores para geração e uso de energia solar • Em 2022, os 139 municípios do estado receberão benefícios através do ICMS Ecológico por desempenho ambiental positivo

CITA | M. de los Rios, A.C. Crisostomo, O. David, C. Stickler. 2021. "Tocantins, Brasil" em C. Stickler et al. (Eds.), O Estado de Sustentabilidade Jurisdicional. San Francisco, CA: EII; Bogor, Indonésia: CIFOR; Boulder, CO: GCF-TF.

REFERÊNCIAS COMPLETES E FONTES DE DADOS FORNECIDAS EM www.earthinnovation.org/state-of-jurisdictional-sustainability

2021/10/29

EQUIPE TÉCNICA

Earth Innovation Institute | CIFOR | GCF task force | CCBA

COM O APOIO DO

Ministério Federal do Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear

com base em uma decisão do Parlamento Alemão

Norad

DESAFIOS E OPORTUNIDADES

DESAFIOS

- A rotatividade administrativa frequente afeta a continuidade de políticas e programas
- Pressão política dos produtores e compradores de commodities para expandir as áreas de agricultura e pecuária sem planejamento territorial para controlar e regular a expansão
- Mesmo com incentivos (ex.: ICMS-Ecológico), os municípios enfrentam dificuldades para estabelecer políticas ambientais fortes devido a capacidade técnica inadequada e/ou prioridades conflitantes
- Apesar do alto número de contratos de financiamento rural, as altas taxas de juros, a assistência técnica insuficiente e os requisitos bancários rígidos dificultam o acesso do produtor

OPORTUNIDADES

- SCCL está sendo revisada para acomodar mecanismos de PSA e REDD+
- A Política Estadual de Mudança Climática e Serviços Ambientais, em processo de aprovação legislativa, implementará um sistema estadual de PSA, incluindo um programa jurisdicional de REDD+
- Setor de energia renovável com potencial para atingir as metas de redução identificadas (Atlas Solarimétrico do Tocantins)
- A implementação de compromissos de zero desmatamento ilegal pode mitigar os riscos de reputação para as empresas fornecedoras
- O Estado de Tocantins esta colaborando com outros estados do MATOPIBA para desenvolver uma estrategia regional de desenvolvimento sustentável